

Plataforma defende que SNS é um direito fundamental

19 Julho, 2013

A Plataforma Lisboa em defesa do serviço nacional de saúde (SNS), alerta mais uma vez os utentes para a degradação do SNS e no que isso implica para a degradação dos Cuidados de saúde.

Com política que tem vindo a ser desenvolvida pelos sucessivos Governos PS/PSD/CDS:

O elevado nível do desemprego; a redução dos rendimentos das/os trabalhadoras e reformadas/os; o brutal e aumento de todos os impostos, das rendas e dos bens e serviços essenciais; a redução do poder de compra; o aumento da pobreza; o ataque acentuado a todas as Funções sociais do Estado com a diminuição de todas as prestações sociais e da própria oferta de serviços; A deterioração progressiva da economia.

As consequências da política do atual Governo PSD/CDS-PP têm uma forte repercussão na vida das pessoas e na sua própria saúde!

Os cortes na saúde são desumanos e imorais

O Governo despreza totalmente a evidente necessidade de tomar medidas no Serviço Nacional de Saúde para criar maior capacidade de resposta e reduzir os custos para os utentes.

Continua a alimentar o setor privado e degradar o Sistema com cortes arbitrários, ainda espalhando a incerteza e desmotivação dos seus profissionais ao desrespeitar e até anular os seus direitos fundamentais.

Sabia que os cortes realizados foram superiores aos estabelecidos no memorando da Troika (acordado com o PS, PSD e CDS-PP)?

A redução dos custos na saúde é feita sobretudo à custa dos trabalhadores e da população. São exemplo: o aumento das taxas moderadoras e as maiores restrições à sua isenção; a chamada reorganização da rede hospitalar que, no essencial, significa menor acesso aos utentes; a falta de resposta nos cuidados paliativos; o aprofundamento das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde primários; o congelamento da introdução de novas tecnologias, designadamente medicamentos inovadores, pondo em causa a muitos doentes o tratamento mais adequado; a falta de material básico em diversas unidades de saúde.

Na área metropolitana de Lisboa, 30% das pessoas com mais de 65 anos de idade reduziu o acesso aos cuidados de saúde e deixou de tomar os medicamentos por razões económicas.

A saúde não pode ser um negócio!

A saúde é um negócio para os grandes grupos económico-financeiros e para os últimos governos.

Nesta perspetiva foram vendidos em Lisboa: O Hospital de Santa Marta, o de São José, o dos Capuchos e o

Hospital Miguel Bombarda por mais de 111 milhões €, com a promessa sucessivamente adiada da construção do Centro Hospitalar Lisboa Oriental (que constituiria mais uma das Parcerias Público Privadas que são um desastre para o país). Entretanto fazem-se projetos para que aí se construam hotéis, habitações e serviços onde vai funcionar a especulação imobiliária.

Paralelamente desmembra-se e pretende-se encerrar a Maternidade Alfredo da Costa, o Instituto O. Gama Pinto e o Pulido Valente. Encerram-se extensões de centros de saúde, reduzem-se especialidades clínicas em grandes hospitais como o Curry Cabral, Pulido Valente ou Santa Maria. Desarticulam-se, encerram-se especialidades e urgências, reduzem-se o número de camas, degradam-se os seus serviços.

O atual governo perdeu toda a legitimidade e é um perigo para a saúde pública!

A convergência no protesto e luta entre os profissionais de saúde e as populações é essencial.

A Plataforma Lisboa em Defesa do SNS reclama:

- A efetiva separação entre o setor público e privado;
- Uma melhor gestão que não afete o princípio de equidade e o pleno acesso das pessoas a cuidados de saúde;
- Uma política de diálogo com diferentes organismos, com os profissionais de saúde e seus representantes e com os cidadãos;
- O fim das Parcerias Público Privadas (PPP);
- A redução dos custos com a saúde pelos utentes;
- A suspensão da decisão de encerramento da MAC;
- Meios humanos, técnicos e financeiros que assegurem o acesso a cuidados de saúde de qualidade;
- Serviços com mais capacidade de resposta e mais próximos das populações com medidas de reforço dos meios dos Cuidados de Saúde Primários (CSP);
- Uma política do medicamento que garanta o acesso a todos os utentes do tratamento adequado, inclusive os medicamentos inovadores para certas doenças crónicas;
- A dignificação das carreiras e políticas remuneratórias e da segurança de emprego de todos os trabalhadores do setor da saúde.